

Memória da 2ª Reunião da Comissão Organizadora Nacional
I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente
Brasília, 27 de junho de 2011. 14h30 às 17h15.

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2011, reuniram-se na sala 545 os membros da Comissão Organizadora Nacional da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, com a participação dos membros conforme lista de presença anexa, para exame e deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia.

Seguimento das deliberações da 1ª reunião;

Exame do processo de construção dos textos orientadores, metodologia dos relatórios e; Calendários das Conferências.

Mario Barbosa, Assessor Especial do Ministro e Coordenador Geral da Conferência abriu os trabalhos, destacando e agradecendo o recebimento de comentários substanciais de parte dos empregadores e dos trabalhadores à primeira versão do texto orientador. Destacou que o governo reconhece a legitimidade dos comentários apresentados, mas considera inviável acomodar as diversas visões em um único texto, a tempo de acompanhar o calendário das conferências estaduais e propõe que cada bancada possa produzir de maneira autônoma, os textos de subsídios que melhor reflitam as suas posições.

A bancada dos empregadores avalia que o texto não contempla as suas posições e que, além de muito extenso, as perguntas orientadoras induzem as respostas, o que torna o texto tendencioso. Também solicitou esclarecimento sobre o processo da sua elaboração, tendo em vista serem tratadas algumas questões que não seriam de atribuição do MTE.

O Coordenador informou que o texto de referência, foi produzido a partir de contribuições produzidas por gestores das 17 áreas de Governo que compõem o Comitê Executivo da ANTD, a exemplo do ministério da fazenda, do desenvolvimento, indústria e comércio, desenvolvimento agrário, etc. Trata-se de um primeiro grande exercício, cujo alcance não se limita apenas ao futuro próximo de 4 ou 5 anos, mas deve-se pensar desde já nas etapas pós-conferência, no período pós 2015, no Brasil daqui a 30 ou 50 anos.

Na avaliação dos trabalhadores, apesar de reconhecer a existência de pontos de divergências, consideram que o texto do governo representa uma contribuição importante para o debate, razão pela qual, a decisão da bancada foi por encaminhar contribuições ao texto apresentado. Manifestaram concordância com a supressão das perguntas orientadoras, mas ressaltaram a sua preocupação com o tempo limitado para conclusão do texto existindo pontos com notórias divergências que impossibilitariam a confecção de um texto de referência elaborado a três mãos.

Os trabalhadores argumentaram que o processo começa a tomar força nos Estados e ressaltaram a importância de um texto base, como referência para as discussões nas conferências estaduais.

Em linha com essa preocupação e, em conformidade com consultas prévias de caráter informal realizadas pelo Coordenador com membros das bancadas dos empregadores e dos trabalhadores, o governo propôs a confecção de um Texto Base sobre o temário da I CNETD. O Texto-Base seria organizado em torno dos 4 eixos temáticos da I CNETD: Princípios e Direitos; Proteção Social; Trabalho e Emprego e; Fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como instrumento da governabilidade democrática.

As bancadas dos trabalhadores e dos empregadores apoiaram a proposta de elaboração do Texto Base, ressaltando que o seu conteúdo deve corresponder àquele definido no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente - PNETD, lançado em maio de 2010 e estar aberto para o debate e inclusão de emendas a partir das conferências estaduais.

Membro da bancada dos trabalhadores reiterou a necessidade de melhorar a comunicação com os Estados, em razão da existência de casos nos Estados onde a composição da comissão organizadora não estaria sendo tripartite, o que representaria uma distorção a ser corrigida.

O Coordenador confirmou ter recebido informação sobre a existência de alguns casos isolados de dificuldades na conformação das comissões organizadoras que não estariam seguindo a diretriz do tripartismo, como estaria ocorrendo em MG e TO informou que seria providenciada a orientação necessárias aos organizadores, em coordenação com o FONSET.

Membro da bancada dos trabalhadores solicitou à Coordenação Geral, orientar os Estados na divulgação do andamento dos processos locais, de modo apoiar o processo organizativo, composição da comissão organizadora e facilitar o acesso dos participantes ao posicionamento dos atores sociais em cada estado. Recordou a proposta de confecção de um formulário com parâmetros para apresentação de propostas e justificativa em relação aos eixos temáticos recebimento de propostas durante os debates, de modo a facilitar o trabalho de relatoria e sistematização e solicitou informação a respeito dos contatos com a UNB a respeito.

O Coordenador informou que mantém o contato com o núcleo de sociologia da Universidade de Brasília – UNB, com vistas a uma proposta para tratar o tema da relatoria. Informou que uma proposta inicial da UNB apresenta um valor muito elevado para prestação de serviços que envolve a adaptação de software elaborado, treinamento de pessoal e sistematização dos relatórios estaduais e do relatório da Conferência Nacional.

A representante do FONSET, Secretária de Trabalho e Assistência Social do Estado do Mato Grosso do Sul argumentou que apesar das especificidades da Conferência do Trabalho, o processo de coleta de dados é o mesmo utilizado em outras conferências. Assinalou que a síntese dos trabalhos é um processo complexo e para tanto deve ser contratada a prestação de serviços para o processo como um todo.

Membro da bancada dos trabalhadores argumentou que o trabalho de relatoria demanda conhecimentos específicos e que o auxílio do software deve ser considerado como um elemento indispensável a um bom trabalho de relatoria e sistematização. As equipes precisam ser treinadas. Para tal, deve ser contratada uma instituição que forneça o pacote nacional.

Caberá à instituição fornecedora do pacote nacional, sistematizar os resultados estaduais em relatório consolidado para a nacional. Citado como exemplo a Conferência Nacional de Saúde e a Conferência Nacional da Assistência Social que têm designado um Relator-Geral, que acompanha todos os técnicos da relatoria pelos estados, na sistematização dos relatórios estaduais.

Quanto às comissões de sistematização das conferências estaduais, estas devem ser locais e tripartites, de modo a assegurar que os requisitos do relatório estão sendo observados.

Discutiu-se a importância da elaboração de um manual de orientações, como um passo-a-passo para as conferências estaduais. A representante do FONSET lembrou que os Estados quando decretam a realização da Conferência, sabem as responsabilidades decorrentes. Cada Estado deverá produzir um relatório consolidado dentro dos 4 Eixos. Um manual de

orientação seria muito adequado para as estaduais e a equipe de sistematização deve ser organizada desde já.

Como resultado das discussões, foram adotadas as seguintes conclusões:

Avaliou-se como muito positiva a confirmação da totalidade dos estados em participar ativamente do processo preparatório da I CNETD por meio da realização de conferências estaduais, assim como o registro da iniciativa de muitos municípios em assegurar igualmente a participação no processo por meio de conferências regionais.

O governo concluirá o exercício do texto geral sobre o temário, na qualidade de subsídios ao debate, suprimindo as perguntas orientadoras e buscando reduzir o seu tamanho e avaliará a possibilidade de inserir na mesma publicação, uma contribuição da bancada dos empregadores e uma da bancada dos trabalhadores.

O governo elaborará uma proposta de Texto Base nas condições acordadas e distribuirá para consulta às bancadas no prazo de 10 dias.

Será assegurada a divulgação, no portal eletrônico da I CNETD, de eventuais trabalhos relacionados ao temário, produzidos e disponibilizados pelas bancadas de empregadores e de trabalhadores.

A Coordenação Geral reforçará a recomendação aos Estados, no sentido de que na composição das Comissões Organizadoras Estaduais/Distrital deve ser observado o critério do tripartismo e da paridade, conforme o modelo nacional, previsto no Regimento Interno da I CNETD.

Criação uma subcomissão tripartite, composta por 3 assessores da bancada de empregadores, 3 de trabalhadores e 3 de Governo com a finalidade de tratar das questões relacionadas à metodologia, relatoria e sistematização, bem como a elaboração de um Manual de Orientações. As indicações dos membros serão enviadas à Coordenação Geral até sexta-feira, dia 01/07, ficando marcada a sua primeira reunião para o dia 07 de julho de 2011, em local e horário a ser confirmado.

Em apoio aos trabalhos da subcomissão, a Coordenação Geral levantará modelos de Manual de Orientações utilizados por outras conferências.

Logo após o encerramento da reunião, o Coordenador foi alertado sobre a respeito de um ponto da Ordem do Dia que não havia sido examinado no tempo regulamentar, relativo às questões pendentes da primeira reunião da Comissão Organizadora, associadas aos temas dos eixos 3 e 4. Em consultas informais realizadas na seqüência com representantes das bancadas de trabalhadores e de empregadores presentes, houve concordância em desvincular o tema *Cooperativas* do tema *Empreendimentos de Economia Solidária* no Eixo 3. Em relação ao eixo 4, a bancada dos empregadores ficou de se manifestar a respeito do indicativo de supressão da referência ao tema das *comissões tripartites de trabalho e emprego* e manutenção da referência ao tema dos *conselhos nacionais de políticas públicas*.

A reunião finalizou às 17:20h